



IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Briefing

Lisboa, 10 de abril 2020

Atento aos principais acontecimentos políticos e económicos à escala global, e empenhado em promover ativamente as relações entre Portugal e a América Latina e as Caraíbas, assim como com atores-chave na Europa, África e Ásia, o IPDAL tem o prazer de apresentar um *Briefing* sobre as implicações políticas da pandemia COVID-19 e os seus consequentes desafios diplomáticos.

Com este relatório, o IPDAL reafirma a sua relevância na divulgação de informação credível e atualizada, que cumpre com os princípios norteadores da sua missão de apoiar os decisores estatais e não estatais na definição e condução das suas estratégias. Ao mesmo tempo, contribui para fornecer factos e análises rigorosas à opinião pública, agências governamentais ou não governamentais e entidades diplomáticas, em geral, sobre um assunto da maior relevância no contexto atual.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

NOTA INTRODUTÓRIA

A Ordem Internacional foi tomada de assalto.

Desta vez, contudo, não houve sinais ou alertas que apontassem para o surgimento da presente crise.

Como referiu Domínguez Moysi ao El País, nos últimos dias de 2019 e nos primeiros de 2020, o Mundo estava a olhar noutra direção. As inquietações eram inúmeras, e legítimas: a crise das democracias liberais, a tensão entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Irão ou a China, o deteriorar da situação na fronteira entre a Síria e a Turquia, o BREXIT, os desafios da cibersegurança, a urgência climática, as eleições norte-americanas, o problema político e humanitário na Venezuela ou a onda de protestos em várias regiões do Planeta.

Mas a crise que nos fez repensar o futuro da própria humanidade veio de outro lado. Não assumiu a forma de um conflito armado, nem de um desarranjo institucional, nem tão pouco de uma recessão económica como as do passado. Uma crise global sob o designio da COVID-19 veio desafiar todos os atores públicos e privados, marcando inevitavelmente o século XXI. Em aberto estão as hipóteses das consequências que infligirá. A nível económico são já muitas as sugestões de que esta crise se fará acompanhar por uma contração de longo prazo. Mas que danos infligirá esta crise no campo político, doméstico e internacional?

Surgido na República Popular da China no final de 2019, o novo coronavírus tem alastrado rapidamente à escala mundial, infetando já mais de um milhão de pessoas e matando milhares. A velocidade e facilidade de contágio levaram a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, a considerá-la uma pandemia que afetará, com maior ou menor intensidade, e em diferentes momentos, todas as regiões do mundo.

Com muitos países a permanecerem endividados em virtude da crise financeira global de 2008, e com outros a dar os primeiros sinais de recuperação, a crise sanitária trará consequências devastadoras para a economia, que já se encontrava em desaceleração, levando a um aumento exponencial do desemprego e, por consequência, despoletando ou adensando protestos e confrontos sociais. A par das consequências económicas como motivação para a contestação popular, estão

a ser postos à prova os serviços de saúde que, em caso de colapso, contaminarão inevitavelmente uma atmosfera de crescente instabilidade política.

Deduz-se, assim, que os impactos do COVID-19 na relações de poder será tão preocupante como as suas consequências económicas. Desde que o vírus ganhou proporções mundiais que os diferentes Estados têm vindo a tentar mitigar os seus efeitos económicos, satisfazendo as necessidades mais imediatas das populações e empresas, mas também salvaguardando-se politicamente. Contudo, este é um exercício de equilíbrio de interesses especialmente complexo.

Com efeito, torna-se igualmente difícil antever com precisão aquelas que serão as principais consequências políticas desta pandemia, até porque estas dependerão também da natureza e eficácia da resposta dos governos, assim como da maior ou menor capacidade para cooperar internacionalmente no combate ao vírus.

O IPDAL procurou reunir aqueles que parecem ser as tendências e os impactos mais prováveis, no médio e longo-prazo:

- A recessão económica produzida pela pandemia poderá causar agitação civil e instabilidade política em alguns países ou estimular conflitos existentes.
- As tensões EUA-China tenderão a aumentar num momento prévio às eleições norte-americanas.
- O surgimento de novas formas de poder internacional: Diplomacia Sanitária e a sua instrumentalização enquanto ferramenta de influência diplomática.
- A grande probabilidade de que a pandemia fragilize a coesão europeia, interferindo com os direitos, liberdades e garantias dos seus cidadãos e alimentando movimentos populistas. No entanto, o multilateralismo poderá sair reforçado, caso os países se provem capazes de coordenar, com êxito, uma resposta coletiva e investirem no diálogo, tendo em vista o fortalecimento das instituições internacionais e a redução das tensões geopolíticas.
- A crise económica resultante trará desafios políticos para os países exportadores de petróleo, em virtude da desvalorização do preço deste recurso nos mercados mundiais.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

1. INSTABILIDADE POLÍTICA E AGITAÇÃO SOCIAL

A pandemia do COVID-19 despoletou reações diferentes dos governos mundiais. A forma como cada país decidiu - ou foi capaz de - gerir a crise foi influenciada pela gravidade que lhe atribuiu nos vários momentos de contágio, pela perceção pública da gravidade, pela própria idiosincrasia das populações e pela capacidade de resposta dos sistemas de saúde.

Estas respostas diferenciadas fizeram com que a coordenação, no controlo daquilo que se considera já ser um problema global, não se tenha concretizado plenamente. Para um mundo hiperglobalizado, e em função da facilidade de propagação do vírus, esta fragmentação poderá conduzir, no pior dos cenários, a três potenciais perdas significativas:

Falência de sistemas de saúde e um imprevisível número de mortos;

Recessão económica e conseqüente instabilidade social;

Fragilização política, fruto da expectável perda de confiança nos dirigentes, por parte da opinião pública. Esta fragilização deverá variar consoante o momento, e a forma, como os governos responderem à crise, bem como dos resultados que obtenham das suas políticas de mitigação e contenção.

De facto, foram já vários os líderes criticados pela sua postura negacionista relativamente à pandemia, sobretudo na fase inicial da mesma, destacando-se o Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ou o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Boris Johnson. Paradoxalmente, muitos destes conseguiram, em poucas semanas, virar o tabuleiro político a seu favor, saindo reforçados aos olhos da opinião pública.

Houve também líderes que, desde início, colheram benefícios das decisões tomadas, como é o caso da Presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, que viu a sua base apoio fortalecida pela forma como geriu a crise.

É certo que a estrutura social demonstrou ter uma forte influência na condução política, e, por conseguinte, no desempenho económico. Estes são os dois principais aspetos a tratar, de seguida, no presente *Briefing*: a contestação social, decorrente da recessão económica, e promotora de enfraquecimento político.

Ainda que, a curto-prazo, o risco de contestação social ligada a surtos de violência seja pouco provável, devido sobretudo à imposição generalizada de quarentenas, o surgimento de protestos é altamente provável. As diferentes crises que o vírus irá despoletar – sanitária, económica e social – exigirão dos governos um esforço redobrado de preservação da ordem pública. Na Ucrânia, surgiram já os primeiros sinais de desordem contra o “vírus chinês”, na Colômbia e na Venezuela registaram-se confrontos em prisões e boicotes ao controlo de fronteiras, tendo-se verificado fenómenos semelhantes em vários países africanos, no Brasil, em Espanha, em Itália, onde a tentativa de controlar a pandemia, através da intervenção policial e detenção de cidadãos por desrespeito à quarentena decretada, tem gerado focos de desconforto entre a população ao invés de segurança.

De igual modo, locais onde o descontentamento social já se havia manifestado nos últimos meses, inflamado por desigualdades económicas ou precariedade governativa, podem enfrentar cenários ainda mais dramáticos. O mesmo se aplica aos países em que líderes políticos se encontram infetados, dado que o atraso na tomada de decisão ou na perceção do perigo que daí decorrem pode resultar numa crise de saúde pública com repercussões económicas e sociais devastadoras.

A dificuldade de cooperação com os países vizinhos, tem feito com que o Irão seja um dos países mais afetados pelo COVID-19, tendo registado uma das maiores taxas de mortalidade. O fecho de fronteiras, as sanções económicas dos EUA, a suspensão de viagens e a conseqüente desaceleração da economia poderão levar os dirigentes iranianos a ser questionados de maneira irreversível nas ruas.

Na verdade, desde 2017 que o governo de Teerão se tem deparado com uma onda de contestação popular, que reclama por melhores cuidados de saúde e de habitabilidade, condenando a falta de emprego e aquilo que considera ser um regime que não satisfaz as suas exigências. No entanto, dificilmente o sistema político do Irão cairá: enquanto continuarem as intervenções militares externas, nomeadamente em países como o Iraque e no Líbano, e as relações com os EUA se mantiverem hostis, os líderes iranianos deverão ter condições para permanecer no poder. Tal não significa que à escala regional, o Irão não veja o seu isolamento aumentar, pela necessidade de conter a propagação do vírus no Médio Oriente.

Outro problema poderá advir do aproveitamento do estado de emergência por parte de alguns líderes, tentados a excederem os seus mandatos constitucionais e os limites democráticos da sua autoridade, com o argumento da necessidade de resposta à propagação do vírus ou, mais tarde, da contenção de protestos que venham a surgir na fase de declínio do contágio. Nestes casos, poderemos assistir à implementação de medidas que restrinjam direitos essenciais e liberdades, dadas por garantidas

pelos cidadãos das democracias liberais. A título de exemplo, Israel tem recorrido a métodos de extração de dados móveis de infetados e potenciais infetados com COVID-19, para rastrear as possíveis pessoas com quem estes possam ter entrado em contacto e contaminado, consciente ou inconscientemente. Esta medida traz consigo riscos democráticos elevados, dado que muitos podem entendê-la como um abuso de autoridade, próprio de regimes autoritários. Percebe-se, com efeito, o quão importante é o modo como os governos abordam esta crise e a forma como essa abordagem é entendida pela opinião pública.

O adiamento de eleições agendadas para 2020 poderá ocorrer por razões de saúde pública. Todavia, também neste âmbito a pandemia poderá ser utilizada como pretexto para atrasar deliberadamente atos eleitorais, mesmo findo o período de mitigação do vírus, com o argumento da manutenção da ordem política. Desta forma, os líderes que gozarem de baixa aprovação popular e que enfrentarem sondagens negativas poderão tentar ganhar tempo para se manterem nos cargos, por via de uma dramatização do impacto do COVID.

Assim, a desconfiança pública face à legitimidade de alguns governos, aliada a suspeitas de manipulação eleitoral, poderá resultar em maior descontentamento social.

Preocupante também é a possibilidade de reafirmação do terrorismo jihadista, que pode aproveitar este momento de vulnerabilidade para espalhar o caos social e político, nomeadamente em países mais debilitados. Embora tenham perdido parte do seu território e o seu líder, Abu Bakr al-Baghdadi, o Daesh permanece ativo na clandestinidade, podendo vir a conquistar novos território e recursos, ou a levar a cabo atentados contra civis, instituições ou infraestruturas críticas.

Num artigo publicado no início deste ano, no International Institute for Strategic Studies (IISS), Eleanor Beevor explica de forma detalhada o surgimento de militantes islâmicos no norte de Moçambique, mais concretamente na cidade de Mocimboa de Praia, onde, recentemente, se têm registado ataques de grupos armados pouco noticiados. Empresas militares privadas, forças moçambicanas e grupos radicais jihadistas são alguns dos protagonistas da violência levada a cabo num lugar conhecido pela sua localização privilegiada próxima de campos de gás natural liquefeito. A falta de informação sobre a origem ou a movimentação destes grupos, cujo nome e constituição são ainda desconhecidos, não é de estranhar dado que a província de Cabo Delgado está sob conflito armado desde 2017.

A radicalização, porém, começou mais cedo. Estima-se que em 2014 a afluência de cidadãos do Uganda, da Tanzânia e da Somália, tenha contribuído para a deslocação das redes islâmicas para esta região, onde a população, extremamente pobre, é facilmente recrutada a troco de pequenos empréstimos e investimentos em empresas locais. A par da vertente comercial, o recrutamento possui

também uma componente religiosa. Através da construção de mesquitas e da doutrinação, os islamitas radicais têm conquistado sobretudo a população mais jovem, que olha com descrédito para o seu futuro. Contudo, importa salientar que a maioria da população da província de Cabo Delgado se opôs à presença e aumento destes grupos, tendo mesmo denunciado alguns elementos às autoridades, que foram incapazes de atuar adequadamente.

Concomitantemente, todos os atores estatais, e não estatais, determinados em perturbar a ordem internacional constataram, nos primeiros meses de 2020, a falta de preparação dos Estados face a este género de ameaça biológica, podendo desencadear-se uma nova corrida a armas não convencionais. Os governos deverão rever os seus protocolos de emergência – nacionais e internacionais – bem como os seus mecanismos de resposta rápida, de modo a prevenirem e a darem respostas mais eficazes a possíveis ataques desta natureza.

A África Subsaariana poderá uma das principais regiões afetadas pela pandemia do COVID-19 que já infetou inclusivamente países de pequena dimensão como as Seychelles ou a Guiné Equatorial. A parca coordenação de respostas, o atraso na apresentação das mesmas e o colapso económico que tem vindo a materializar-se no contexto da pandemia poderão pôr em riscos as democracias consolidadas desta região – como a da África do Sul, a da Nigéria e a do Senegal – e impedir o auxílio médico em circunstâncias de conflito ativo, em que as equipas médicas, estatais e não estatais, bem como os organismos de ajuda humanitária encontram dificuldades acrescidas em conter a propagação de doenças.

Um outro problema associado à África Subsaariana está no seu histórico recente de surtos de doenças infecciosas. O Ébola, em 2014, que afetou sobretudo a Guiné e a Serra Leoa, foi difícil de conter principalmente pela falta de confiança das populações nos seus dirigentes e instituições, que a impediam de seguir as indicações de melhoramento sanitário divulgadas pelos organismos públicos, num período pós-guerra.

O mesmo aconteceu na República Democrática do Congo (RDC), em 2019, onde o conflito vigente, a desinformação e a ténue confiança pública no poder político tiveram um impacto nefasto na contenção da propagação do Ébola, por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas (ONU), originando um elevado número de mortos e um aumento do descrédito nas instituições e líderes políticos do país. Além destas doenças, África é também afetada por duas doenças que tornam a população vulnerável: o VIH e a Tuberculose.

Apesar destes perigos, o *The Economist* identifica algumas vantagens que podem favorecer a África Subsaariana no combate do COVID-19, de entre as quais se destaca a juventude da sua população,

a sua experiência no combate de doenças infecciosas, e a preparação possibilitada pela propagação tardia do vírus no continente africano.

Assim, relativamente à primeira vantagem, esta é bastante importante na medida em que o COVID-19 é uma doença que produz uma sintomatologia agravada na população mais idosa. Já a segunda assenta na existência de infraestruturas de combate a surtos infecciosos na região, que pode significar uma maior preparação no âmbito da contenção desta pandemia global. A última encontra-se associada à vantagem temporal que a África Subsaariana possui. Só no mês de março é que surgiram os primeiros casos e a verdade é que a velocidade e alcance da disseminação do vírus têm sido menores do que o esperado. Tal deve-se, não só, aos fatores referidos anteriormente, mas também à implementação antecipada de medidas preventivas por parte dos governos africanos, tais como a suspensão de aulas, a aposta nos testes ao COVID-19 e o aumento dos trabalhos de desinfeção de espaços públicos.

Os países com conflitos ativos, e, por conseguinte aqueles com quem fazem fronteira e que se constituem, muitas vezes, como danos colaterais, sofrerão mais intensamente as consequências provocadas pelo COVID-19, dado que às guerras prolongadas se soma, frequentemente, um conjunto de problemas como a má administração, a postura sancionadora estrangeira, a corrupção governativa e um sistema de saúde debilitado.

O conflito israelo-palestiniano, por exemplo, poderá agudizar-se, pese embora a vontade demonstrada pelos dois países em cooperar para reduzir os impactos do vírus.

Com os esforços de guerra contínuos, ambos possuem sistemas de saúde incipientes pela falta de investimento público no setor, o que se pode revelar crítico num momento em que a sua capacidade vai ser duramente testada. As consequências políticas destas circunstâncias são difíceis de prever, podendo os líderes tirar partido do estado de emergência para se consolidarem no poder: Benjamin Netanyahu, Primeiro-Ministro de Israel, está disposto a formar um governo com a oposição política, enquanto o Presidente da Palestina, Mahmoud Abbas, terá uma oportunidade de reforçar a sua liderança, visto que a sua legitimidade tem vindo a ser questionada recentemente.

A Líbia será também um país preocupante em virtude do conflito de que é vítima, pela obtenção dos recursos naturais de que dispõe. A crise da Líbia, causada por motivações geopolíticas, geoestratégicas e comerciais, coloca o país numa posição bastante vulnerável perante a pandemia de COVID-19, podendo, com isso, vir a sofrer consequências catastróficas.

Ainda no Magrebe, Marrocos adotou uma postura pró-ativa de contenção, tendo encerrado mesquitas decretado um forte controlo policial sobre os seus cidadãos. Estas decisões, no entanto, já valeram protestos por parte da população.

Na Síria e no Líbano, recentemente afetados pela poliomielite e pela cólera, respetivamente, esta pandemia poderá pressionar ainda mais os serviços de saúde, com especial impacto negativo na região de Idlib, que tem sido testemunha de confrontos acesos nos últimos meses.

Além disso, as milícias armadas, os conflitos de interesse das elites e a presença externa podem condicionar o apoio às comunidades e populações vítimas da guerra. Os campos de refugiados e de deslocados internos afiguram-se extremamente vulneráveis pelas suas condições sanitárias que se revelam insuficientes na resposta às necessidades do quotidiano e, por isso, incapazes de enfrentar crises infecciosas de dimensão global. De entre estes campos, destacam-se os campos destinados aos Rohingya, onde o limitado acesso à informação, a desnutrição generalizada e as parcas condições de higiene e habitabilidade, juntamente com a elevada mortalidade produzida pela nova pandemia, poderão adensar a crise humanitária vivida no Bangladesh.

Em condições adversas, como as vividas nos campos de deslocados internos e de refugiados, há ainda o risco de a população se revoltar contra a autoridade pelas limitações que estas poderão colocar à saída destas zonas de apoio humanitário, o que tenderá a aumentar a probabilidade de ocorrência de confrontações violentas.

Importa ainda referir que o fecho de fronteiras por parte dos Estados Unidos da América (EUA) na sequência da pandemia pode inserir-se no âmbito das políticas de contenção migratória, o que terá implicações políticas significativas nos países da América Central.

Cabe aos líderes dos diferentes países decidir se enveredam pela adoção de políticas concertadas no plano internacional, de modo a conter os impactos políticos que poderão advir dos problemas sanitários, económicos e sociais promovidos pela propagação do COVID-19, ou se atuarão de forma isolada, enfrentando os desafios políticos e securitários que, previsivelmente, produzirão uma elevada fragilidade governativa e despoletarão ou adensarão protestos, dissidências e conflitos violentos de difícil gestão.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

2. TENSÃO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A CHINA

A pandemia do COVID-19, contrariamente ao pedido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas (ONU), poderá adquirir uma forte componente geopolítica, que alimenta tensões entre os EUA e a China e entre estes e outras potências que, por sua vez, competem nos seus teatros regionais. Esta competição dificulta a cooperação em matéria de contenção das implicações políticas, sociais e económicas da mesma, e cria entraves à capacidade das organizações internacionais de criar uma resposta conjunta que vise a mitigação da pandemia.

A deterioração das relações sino-americanas não é recente. Esta já tinha vindo a verificar-se nos últimos anos, correndo agora o risco de se agravar devido à pressão exercida pelo vírus sobre os líderes políticos e os cidadãos. O modo como Pequim lidou inicialmente com o vírus tem sido muito criticado pelos EUA, enquanto a falta de apoio demonstrada por Washington face à crise tem sido apontada por Pequim, algo que poderá, no mínimo, atrasar o acordo comercial entre os dois países, assinado em janeiro deste ano. Também as acusações de um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês sobre o facto de a infeção ter sido propositadamente provocada pelos EUA em Wuhan não veio favorecer a cooperação dos dois países, assim como a insistência de Donald Trump em reforçar a origem chinesa do vírus.

Trata-se, pois, de uma situação extremamente delicada que, mantendo-se a tendência atual, tenderá a favorecer a China no reordenamento geopolítico global, finda a crise. Apesar de, inicialmente, o governo de Pequim ter enfrentado duras críticas pela sua postura, a verdade é que a China tem vindo a afirmar-se como o principal organizador de uma resposta mundial face à crise, ao mesmo tempo que fomenta a sua indústria médica e conquista, através do seu apoio num momento de fragilidade, não só as regiões mais suscetíveis de sofrer consequências devastadoras – nomeadamente o Sudeste Asiático, a África e a América Latina, onde tem relevantes interesses económicos – mas também na Europa, através do envio de especialistas e material.

Mais do que alterar o sistema internacional, a crise pandémica pode acelerar e intensificar um conjunto de tendências que já se vinham a registar nos equilíbrios de poderes desde a crise financeira global de 2008, de retraimento dos EUA, e a afirmação do eixo Ásia-Pacífico, com a consolidação da China, através da sua “Rota da Seda”. De facto, esta pandemia demonstrou simultaneamente o quão dependente da China a economia global se encontra, sobretudo, pela variedade de bens que produz,

e o quão expressivos podem ser os impactos da ausência – por exemplo nos EUA – ou precariedade de um serviço de saúde universal.

Do mesmo modo, o COVID-19 revelou as vulnerabilidades do fenómeno da globalização que, não estando em risco de desaparecer, poderá adquirir novos mecanismos que visem reduzir a dependência dos Estados em produtos e setores vitais.

A situação crítica nos EUA pode comprometer as eleições primárias: algumas já foram canceladas em locais decisivos, como o Ohio, e se a situação prevalecer tornará a eleição de um adversário para enfrentar Donald Trump bastante difícil. Acresce ainda a questão da recessão económica que, a confirmar-se, poderá colocar em causa os principais elementos indicativos da reeleição de Donald Trump: os bons resultados económicos e o desemprego controlado.

A postura anti-multilateralista - assente na crítica dos aliados permanentes, dos acordos de comércio livre e da postura chinesa no comércio mundial - dificultará também a contenção da pandemia de dimensões globais e poderá acelerar uma recessão económica que parece ser inevitável e que, não sendo provocada por Donald Trump, poderá comprometer a sua imagem e prejudicar a sua reeleição.

A falta de liderança internacional dos EUA num momento de crise pandémica abre espaço à China para se consolidar internacionalmente: é inegável que se tem empenhado, tal como a Rússia - em menor dimensão - em apoiar os países mais afetados. Esta situação é preocupante para os EUA, pela perda do seu papel de organizador global, mas também para a União Europeia (UE) que se viu desintegrada e substituída pela potência asiática, num momento de grande fragilidade política pela saída do Reino Unido. Esta situação pode ser agravada dado o carácter autoritário do regime chinês que poderá pôr em causa o modelo democrático vigente na Europa ao alimentar a simpatia por movimentos de cariz nacionalista, nas vertentes populistas e extremistas, embora não haja ainda certeza quanto a este aspeto, visto que a China não é dada a alterações de regime noutros países.

Neste sentido, no plano internacional, a competição não será tanto entre ideologias (democracia versus autoritarismo), mas sim entre interesses económicos, estratégicos, securitários e de liderança. Tal não significa, todavia, que a ideologia não desempenhe um papel relevante como mecanismo de solidificação ou aquisição de poder, ao servir como pretexto e suporte de ambições políticas.

Relativamente à questão europeia é ainda cedo para afirmar que fará uma viragem política para leste, até porque os EUA continuam a ser superiores, quer em poder económico, quer em poder militar, e o COVID-19 e as eleições norte-americanas poderão provocar alterações na forma como o país vê o sistema internacional e nele atua. Por sua vez, a China pode não ter uma recuperação tão rápida,

uma vez que é uma potência essencialmente exportadora. Se a maior parte dos seus clientes estiver a passar por uma recessão económica, a procura pelos seus produtos poderá diminuir.

Em suma, tudo dependerá de três fatores: a capacidade de gestão da crise pandémica por parte dos Estados e das organizações e instituições internacionais; a duração e os impactos sanitários e sociais da crise; e a capacidade de recuperação económica que dependerá também da dimensão dos problemas que resultarão desta pandemia.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

3. DIPLOMACIA DA SAÚDE E SAÚDE GLOBAL

Numa altura em que as certezas se dissipam e o mundo enfrenta um novo desafio, nunca foi tão pertinente enfatizar a importância de novas áreas e domínios que permitam lidar e coordenar desafios semelhantes que serão parte integrante do nosso quotidiano no futuro.

A dificuldade em delinear uma resposta conjunta a uma pandemia que tem tido repercussões nevrálgicas em todos os continentes do mundo. A Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como as Direções Gerais de Saúde dos respetivos países, têm tido um papel fulcral na concertação de estratégias de saúde pública para fazer face ao vírus, contudo, uma estratégia concertada globalmente ainda não foi alcançada.

O conceito de Diplomacia da Saúde torna-se deste modo numa recente e importante área que poderá refletir inúmeros benefícios na gestão e controlo de epidemias futuras, bem como no combate às doenças crónicas.

A relação entre saúde, política externa e comércio está na vanguarda da Diplomacia Global de Saúde e mostra ser cada vez mais pertinente nos dias que correm. Promover a capacitação dos profissionais do setor da saúde em relações internacionais, economia e saúde pública, é uma oportunidade única não só para fazer face a novos desafios, como o que vivemos hoje, mas também para reinventar novas formas de cooperar e de promover internacionalmente uma agenda comum nas áreas da investigação científica.

Num período em que a comunidade científica de todo o Mundo se tem envolvido numa corrida desenfreada pela procura de uma vacina, um gabinete de saúde global onde possa existir uma plataforma comum de partilha de conhecimento e de metodologia, traria inúmeros benefícios.

A crença de que apenas uma resposta global fará frente a este novo desafio, enfatiza, de modo evidente, a natureza benéfica da aposta no campo da diplomacia da saúde.

No atual contexto, tem-se tornado evidente uma extensão da rivalidade entre a China e os EUA do campo económico e comercial, para o campo da saúde. De facto, a motivação norte-americana e chinesa para encontrar uma solução tem extrapolado o campo de natural preocupação de todos os Estados em pôr fim à pandemia, para evidenciar uma competição por um lugar de destaque como agente primordial de Saúde Pública, ou superpotência de saúde pública.

A incerteza no que concerne às futuras implicações da COVID19 é um dado presente na consciência de todos os líderes mundiais. Contudo, estará também presente a certeza de que o primeiro Estado a encontrar uma solução, conquistará um lugar de deferência e crescente influência na ordem internacional.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

4. DO DESARRANJO INSTITUCIONAL AO REFORÇO DO MULTILATERALISMO

O COVID-19 veio pôr à prova a capacidade dos sistemas de saúde de todo o mundo e funcionará como um campeonato de três modalidades: ao campo da saúde, seguir-se-à o da economia e o da política internacional.

Desde, pelo menos, o início da década passada que teóricos e analistas têm vindo a admitir que a democracia liberal está, nas palavras de Larry Diamond, em recessão. De acordo com o relatório anual da *Freedom House*, o ano de 2019 foi o 14º ano de consecutiva recessão democrática com 50 países declaradamente “Não Livres”, 59 “Parcialmente Livres” e 86 países “Livres”.

Sentimentos nacionalistas e protecionistas já haviam ressurgido em muitas democracias sólidas – como os EUA, o Reino Unido ou o Brasil – mesmo antes falência do *Lehman Brothers* ou da crise de 2008. O colapso financeiro não foi o responsável pelo surgimento do movimentos populistas, pela atração das populações por opções autoritárias ou pela desconfiança nos líderes políticos em geral. Contudo, acelerou o processo de deteioração democrática em curso, sob o desígnio de ímpetos nativistas, prontos a erguer fortalezas e a devolver a segurança que a globalização alegadamente furtara aos seus países.

Se os vírus do protecionismo e do nacionalismo já estavam em incubação desde então, como será em 2020? Que danos ingirá esta crise, para além do imediato?

Em 1918, a gripe espanhola ceifou milhões na Europa e no resto do mundo. Portugal foi um dos países afetados, com 136 mil mortos, de um total de 6 milhões de habitantes. Salvaguardadas as diferenças de época, a gripe pneumónica de 1918 serviu de pretexto para impor agendas nacionalistas.

Tal como a gripe espanhola, o COVID-19 vem expor as fragilidades de um mundo cada vez mais interconectado e dar força a argumentos e líderes anti-globalistas.

Desde o dia em que a Organização Mundial de Saúdes (OMS), 11 de março de 2020, até ao mês de abril, 31 países decretaram estado de emergência. Entre eles 13 na Europa, 2 na América do Norte, 9 na América Latina, 3 na Ásia e 4 em África. Para muitos países democráticos, o estado de emergência e muitas das suas medidas inerentes são inéditas. O instrumento inscrito nas diferentes

Constituições, que permite aos governos erodirem temporariamente alguns direitos, como o de circulação, de associação ou manifestação, é um dos exemplos.

O COVID-19 está, assim, a pôr à prova os regimes políticos de todo o mundo e a trazer à luz as suas virtudes e fragilidades.

No contexto de rivalidade atual, entre os Estados Unidos e a China, a ordem internacional assiste à oposição entre dois modelos de organização coletiva: democracia liberal e autoridade central. Qual deles responderá melhor perante a crise?

Em situações de emergência há dois conceitos que entram frequentemente em colisão: segurança a liberdade. A tendência permite-nos deduzir que em tempos de turbulência, medo ou insegurança, os indivíduos enaltecem a segurança em detrimento das liberdades, nomeadamente da privacidade. Os elogios recentes aos modelos autoritários derivam sobretudo da segurança que os métodos dos regimes não-democráticos asseguram.

Tomemos como exemplo a resposta ao surto por parte do governo chinês: parcialmente recuperado, surge aos olhos do mundo como exemplo de resiliência e superação. Xi Jinping segue uma estratégia de abrir a China ao mundo, proclamando a supremacia global do seu regime e ocupando o vazio que se faz sentir pela falta de posições concertadas, bem como pelo fechamento dos Estados Unidos.

Contudo, importa salientar que os instrumentos de controlo social que auxiliaram a luta contra a COVID-19 na China, como é o caso da *App* digital que permite monitorizar dados privados sobre cada cidadão, dificilmente poderiam ser replicados em países como Portugal ou em Espanha. Isto deve-se ao fosso legal que separa os dois tipos de regimes e ao inevitável custo eleitoral associado a políticas que suprimam ou limitem a liberdade que os indivíduos destas sociedades demoraram séculos a conquistar – e a exigir aos seus governantes.

É indiscutível que os regimes autoritários têm uma maior facilidade em aplicar medidas mais duras, restritivas e, no limite, eficazes, comparativamente aos regimes democráticos, tornando-se por isso, mais apelativos quando as populações anseiam por respostas rápidas e por uma voz de comando, unívoca e coerente. E de facto, aquando do aparecimento da SARS-COVID-19, Pequim e Moscovo apostaram em apresentar-se ao mundo como triunfantes sobre o modelo democrático liberal do Ocidente. Por ser muito maior a velocidade com que um regime centralizado pode, numa situação de emergência, projetar os poderes do Estado sobre o indivíduo, suprimindo os seus direitos e liberdades, é capaz de desencadear instrumentos de resposta coletiva sem o mesmo nível de lentidão administrativa, escrutínio público e prestação de contas.

Uma voz de comando central desta natureza não carece de justificação permanente a um sistema regido por leis transparentes e instituições independentes, controlado por poderes separados que se limitam e equilibram entre si. Para uma maioria considerável dos cidadãos, isto pode significar uma liderança mais eficaz, por construir uma perceção generalizada de força e segurança na sociedade.

Assim sendo, o apelo e a simpatia para com a democracia torna-se muito menor em situações de emergência. Grandes crises, como a de 1929, a de 2008 e a de hoje, oferecem terreno fértil para o surgimento de líderes autoritários, que se aproveitam da fragmentação no tecido social e da fragilidade dos indivíduos. Esta epidemia trará, como todas as crises, independentemente do seu desfecho, ressentimentos profundos e insatisfação social, sentimentos dos quais se alimenta o populismo.

Efetivamente, vários líderes já começaram a retirar benefício desta ameaça para justificar ações de censura no que se refere, por exemplo, a órgãos independentes de informação, como o Irão, onde, durante um período, o acesso à internet foi restringido. Em Singapura, ocorreram restrições no acesso doméstico à página *States Times* e na Hungria, Viktor Órban fechou as fronteiras, declarou o estado de emergência por tempo indeterminado e suspendeu o parlamento, adquirindo poderes plenipotenciários e reforçando então o seu poder executivo.

Nemjain Netanyahu instrumentalizou a crise para executar um auto-golpe em Israel, suspendendo os tribunais e o parlamento. Também em Itália, o epicentro do surto na Europa, o líder de extrema-direita Matteo Salvini aproveitou a ocasião para reforçar o seu discurso anti-democrático, tecer fortes críticas à liberdade de circulação e enfatizar a sua oposição à entrada de migrantes do Norte de África, ainda que não haja conhecimento de um número de casos significativo no continente africano.

No seguimento da postura adoptada por Órban treze líderes europeus dirigiram uma carta a Donald Tusk, atual presidente do Partido Popular Europeu (PPE), numa tentativa de apelo para que o Fidez, partido de Viktor Órban, seja expulso do Parlamento Europeu.

Num período de grande incerteza face às possíveis implicações que esta crise terá no campo político, esta carta traduz um momento de esperança na defesa da democracia e do projeto europeu, por parte de alguns líderes.

A instrumentalização desta crise por parte de tribos ideológicas na incessante procura de criar fortalezas e reforçar o discurso anti-globalista será um desafio à maturidade democrática de cada Estado e sobretudo à confiança que os cidadãos detêm não só na democracia, mas também nos seus líderes democráticos. O perigo das democracias representativas saírem fragilizadas é enorme, o que representa um desafio ainda maior no campo diplomático e no reforço do multilateralismo.

Os desfechos desta crise dependerão em grande medida das decisões tomadas numa fase preliminar. Se é certo que existirá uma mudança de paradigma, não será assim tão certo saber se a mesma passará por um desarranjo institucional e o despoletar de nacionalismos exacerbados ou por um reforço da democracia e do multilateralismo.

As próprias divergências internas da União Europeia (UE) não serão já um presságio destas duas possíveis tendências? Se por um lado os países do sul da Europa, como Portugal, Espanha e Itália, enaltecem um plano comum e uma ação concertada, por outro, os países do norte têm-se demonstrado mais céticos em cooperar.

Há sensivelmente um ano atrás, as eleições europeias registaram níveis de abstenção significativamente elevados - entre os quais se destacou Portugal com uma taxa de abstenção de 68,6% - que podem ser interpretados como um aumento do ceticismo e desinteresse dos cidadãos relativamente à União Europeia e às suas instituições.

Meses antes do surto de COVID-19 se alastrar pelo mundo, os membros da UE assistiam à longa saída do Reino Unido. Hoje, os olhos de todos os Estados-membros, diga-se, cidadãos e dirigentes, estão postos na resposta que a União Europeia dará a este surto: Optará por abrir portas ao nacionalismo e populismo desmesurados, ou acarretará consigo uma resposta concertada?

A ausência de uma actuação coordenada, assente na solidariedade europeia e nos seus valores comuns, poderá vir a mergulhar a UE numa crise de legitimidade sem precedentes, que se fará seguir pelo exacerbar do euroceticismo e de posições extremistas.

Esta pandemia trará consigo uma mudança no *status quo* da política internacional. A China terá uma oportunidade de afirmação face aos EUA e restantes parceiros transatlânticos, contribuindo deste modo, para uma possível transformação da ordem internacional.

A UE, por sua vez, enfrentará um enorme desafio ao provar-se capaz de promover um reforço no que diz respeito à cooperação, diplomacia e solidariedade entre Estados, bem como um multilateralismo concertado. O sucesso desta trajetória ficará definido pela capacidade de liderança e de negociação dos dirigentes políticos, bem como pela resposta da UE e dos EUA.

Se os países coordenarem e promoverem o diálogo, tendo em vista o fortalecimento da comunidade científica e das instituições internacionais, o multilateralismo sairá reforçado, bem como a credibilidade das instituições, líderes políticos e a própria democracia.

Na ausência de uma resposta coordenada, a crise abrirá caminho ao euroceticismo já em marcha e para tribos ideológicas autoritárias instrumentalizarem os danos não só económicos, mas também

morais e psicológicos, sob a forma de ressentimento e alimentarem o florescimento de opções populistas.

A promoção de uma política de transparência e responsabilidade, que ajude a dissipar a instrumentalização da crise e anular os efeitos da desinformação é fundamental para a promoção da confiança política e da democracia.

Há, desde o início desta crise, três posições distintas. A posição adoptada por modelos de governação autoritários, a estratégia adoptada por democracias lideradas por populistas, como a Hungria ou o Brasil e, por fim, a resposta adoptada por democracias liberais, como é o caso de Portugal. Numa análise mais imediata, as democracias não são menos eficazes. Tome-se como exemplo, a Coreia do Sul, uma democracia asiática, ou a Noruega, uma democracia europeia. A questão da eficácia traduz-se muito mais na capacidade de liderança e na confiança que os cidadãos detêm nos governos do que no nível de autoritarismo que um dado regime pratica. Em última instância, será a capacidade de liderança e a transparência dos decisores políticos que traçará o rumo da democracia liberal como a conhecemos.

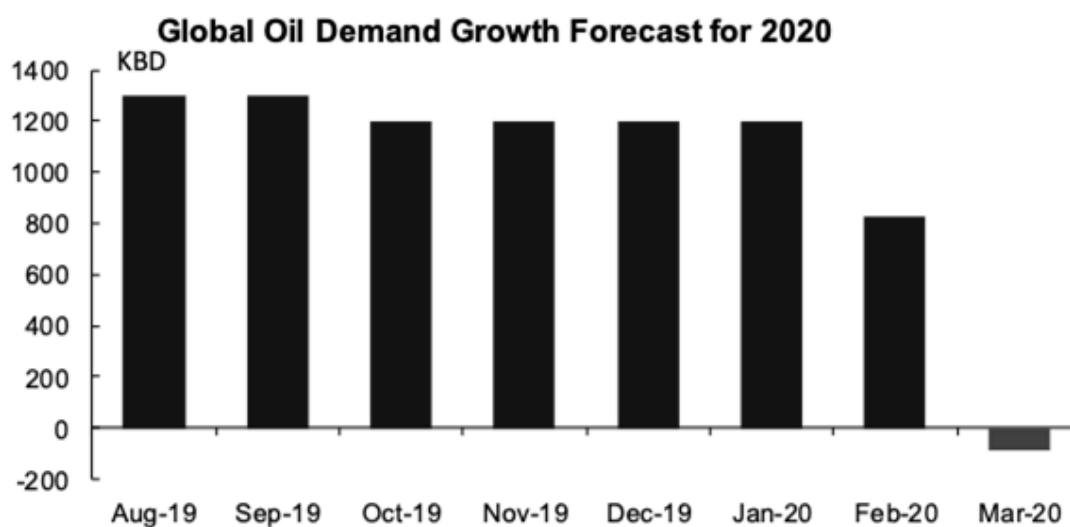
IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

5. CONSEQUÊNCIAS PARA OS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO

A queda do preço do petróleo provocada pela redução abrupta da procura devido às restrições impostas para conter o surto de COVID-19 traz consigo consequências políticas preocupantes para os países cuja economia depende, em grande medida, da exportação deste recurso. Os baixos preços do petróleo, que já se vinham a registar nos últimos tempos, em virtude da falta de entendimento entre a Rússia e a Arábia Saudita no âmbito das reuniões da OPEP+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo e outros produtores), em Viena, relativamente à redução das produções, poderão agravar-se, dada a natureza da crise: uma elevada oferta para uma reduzida procura que cria excedente de produto (Figura 1).

Figura 1 - Declínio da Procura



Fonte: International Agency Energy (in Arezki, R., e Fan, R., 2020)

O caso da Rússia, que possui várias reservas que lhe permitirão suportar o reduzido preço do petróleo e que poderá, provavelmente, sofrer apenas com a desvalorização da sua moeda – moeda essa flutuante que lhe permite operar este tipo de manobras – e com a fuga de capitais, não se reproduzirá em países como o Cazaquistão, o Azerbaijão ou a própria Arábia Saudita, cujas economias sairão bastante prejudicadas desta crise.

Perante a atuação russa, a Arábia Saudita respondeu, assim, com a guerra de preços já referida, com o intuito de reequilibrar a sua economia e fortalecer o poder político de Mohammed bin Salman. Este exercício de equilíbrio poderá favorecer a Rússia, caso signifique uma redução dos gastos com os

conflitos do Golfo, pela menor disponibilidade de dinheiro na região, onde Moscovo assume um papel cada vez mais preponderante.

A estratégia russa de reter a produção dos países da OPEP+ afetou também de forma negativa as empresas norte-americanas perfuradoras de xisto, o que poderá conduzir, à semelhança do que aconteceu em 2016, a uma crise industrial prévia às eleições presidenciais.

Além disso, o receio dos investidores tem originado um forte declínio da capitalização do mercado de trabalho, baixas receitas nas empresas de energia e nos serviços que o petróleo e a produção dos seus derivados alimentam. De salientar que os baixos preços do petróleo levarão, provavelmente, a uma estagnação do processo de transição para energias limpas, no âmbito do combate às alterações climáticas.

A manter-se uma tão grande queda de preços deste recurso, a Venezuela e o Irão poderão vir a ser os países mais afetados, onde é - e será - extremamente difícil conter o impacto da pandemia de COVID-19 na economia e lidar com a desvalorização do preço do produto do qual esta depende.

Assim, no caso da Venezuela, onde se vive uma crise política há mais de um ano, o apoio interno e externo de Nicolás Maduro poderá deteriorar-se. No plano interno, Maduro, apoiado pelos militares, conseguiu por diversas vezes enfrentar a oposição de Juan Guaidó, feito que poderá ser de difícil concretização num período conturbado como o vivido que tenderá a instigar os protestos sociais e as reivindicações políticas do povo venezuelano, devido ao agravamento da escassez de alimentos testemunhada no país. Apoiado externamente pela Rússia e pela China, que asseguravam uma linha de crédito fundamental à sobrevivência do regime, Maduro pode vir a ser vítima indireta da alteração de prioridades dos seus apoiantes para questões relacionadas com a contenção da pandemia nos seus próprios países e dos seus impactos nas suas economias. Ademais, o apoio contínuo da Rússia e da China na empresa Chevron dependerá largamente da posição norte-americana de prolongar as sanções e de as alargar à Rosneft.

Quanto ao Irão, este enfrenta, como referido na primeira parte deste *Briefing*, riscos de turbulência social e política, à qual procurará responder através da consolidação da sua posição regional tendo em vista o controlo dos interesses da Arábia Saudita e a pacificação da contestação interna. Com um petróleo extremamente sancionado, o Irão poderá perder a demanda da China, pela diminuição dos descontos e benefícios associados à compra do seu petróleo, o que tornará cada vez mais difícil a sua afirmação enquanto alternativa viável para a compra de petróleo com desconto. Tal poderá traduzir-se num aumento substancial dos riscos para os seus fornecedores e para a estabilidade da região, onde poderá tentar evitar ganhos dos seus competidores estratégicos.

O Médio Oriente poderá testemunhar também problemas associados à legitimidade das elites políticas, devido à perda da (já ténue) confiança da sociedade nas capacidades de contenção de pandemias, em países que vivem ou viveram recentemente crises militares, socioeconómicas e humanitárias traumáticas: a título de exemplo, a Síria vive ainda uma guerra civil, o Líbano arrisca-se a entrar em falência e o Iraque tem sentido dificuldades em organizar a sua infraestrutura socioeconómica, o que resulta em situações de pobreza e de descontentamento.

Um outro país que sofrerá enormes consequências da queda de preços alimentada pelo COVID-19 será a Líbia, pela redução drástica da sua produção que tem vindo a criar problemas na garantia dos serviços básicos à população do país, dado que a economia é extremamente dependente do petróleo. Estas restrições advêm das imposições do Exército Nacional da Líbia (LNA, na sigla inglesa) que será um dos principais beneficiários das dificuldades políticas do país face aos problemas resultantes da pandemia e dos prejuízos económicos que terá.

De um modo geral, para os países exportadores de petróleo, como o México ou o Brasil, as desigualdades estruturais podem ser agravadas. Tal tenderá a gerar instabilidade política e social, além de uma forte recessão económica. Todas estas questões poderão resultar numa tentativa de reduzir a dependência da China, alterando as cadeias globais de valor.

De momento, a incerteza persiste e o sucesso dos países exportadores de petróleo dependerá, em grande medida, do modo como estes lidam com a crise pandémica e com os riscos que esta traz para as suas economias que enfrentam já uma guerra de preços de difícil resolução.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, D. (2020, 23 março). The Coronavirus Exposed America's Authoritarian Turn. *Foreign Affairs*. Disponível em https://www.foreignaffairs.com/articles/2020-03-23/coronavirus-exposed-americas-authoritarian-turn?utm_campaign=ln_daily_soc&utm_medium (Último acesso em 25 de março de 2020).

Adams, V. & Novotny, T.E. & Leslie, H. (2008). *Global Health Diplomacy*. Taylor&Francis Online. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01459740802427067> (Último acesso dia 8 de abril de 2020)

Africa is woefully ill-equipped to cope with covid-19. (2020, 28 março). *The Economist*. Disponível em <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2020/03/26/africa-is-woefully-ill-equipped-to-cope-with-covid-19> (Último acesso a 6 de abril de 2020).

Antonenko, O. (2020). *Leaders without strategies*. Control Risks. Disponível em <https://www.controlrisks.com/riskmap/top-5-risks/global-leaders-lack-strategy> (Último acesso em 14 de março de 2020).

Antonenko, O., Wood, J., & Gilholm, A. (2020). *COVID-19: the geopolitical implications of a global pandemic*. Control Risks. Disponível em <https://www.controlrisks.com/our-thinking/insights/covid-19-the-geopolitical-implications-of-a-global-pandemic> (Último acesso em 24 de março de 2020).

Arezki, R., e Fan, R. (2020). *Oil price wars in a time of COVID-19*. VOX CEPR Policy Portal. Disponível em <https://voxeu.org/article/oil-price-wars-time-covid-19> (Último acesso em 29 de março de 2020).

Bassets, M. (2020, 10 março). O vírus que bloqueia o mundo. *El país*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-10/o-virus-que-bloqueia-o-mundo.html> (Último acesso em 27 de Março 2020).

Bazilian, M., & Gross, S. (2020). *COVID-19 is a reminder that interconnectivity is unavoidable*. Brookings Institution. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2020/03/12/covid-19-is-a-reminder-that-interconnectivity-is-unavoidable/> (Último acesso em 15 de março de 2020).

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

Beevor, E. (2020). *Who are Mozambique's jihadists?*. International Institute for Strategic Studies. Disponível em <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2020/03/csdp-mozambique-jihadists> (Último acesso a 30 de março de 2020).

Campbell, K. & Doshi, R. (2020, 18 março). The coronavirus could reshape the global order. *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-03-18/coronavirus-could-reshape-global-order?fbclid=IwAR3SmHOa-4Avrn-Eibyn2A-JNFk3U7DQBCWmTe7vfl0hUwxhTu6BNbmOpA> (Último acesso em 30 de março de 2020).

Devermont, J. (2020). *COVID-19 Is an African Political Crisis as Much as a Health and Economic Emergency*. Center for Strategic and International Studies. Disponível em <https://www.csis.org/analysis/covid-19-african-political-crisis-much-health-and-economic-emergency> (Último acesso em 20 de março de 2020).

Dhian Ho, M. (2020). *The culture and politics of the coronavirus*. Clingendael. Disponível em <https://www.clingendael.org/publication/culture-and-politics-coronavirus> (Último acesso em 26 de março de 2020).

Diamond, L. (2015). Facing up the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, 26(1). Disponível em <https://www.journalofdemocracy.org/articles/facing-up-to-the-democratic-recession/> (Último acesso em 29 de março de 2020).

Dryad Global (2020). *Who Pays? Geopolitical Consequences Of An Oil Price War*. Dryad Global. Disponível em <https://dryadglobal.com/who-pays-geopolitical-consequences-of-an-oil-price-war/> (Último acesso em 29 de março de 2020).

Faria, N. (2020, 15 março). O vírus do medo já contagiou as democracias. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/03/15/sociedade/noticia/virus-medo-ja-contagiou-democracias-1907735>. (Último acesso em 18 de março de 2020).

Freedom House (2019). *Freedom in the World: Democracy in retreat*. Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Feb2019_FH_FITW_2019_Report_ForWeb-compressed.pdf (Último acesso em 20 de março de 2020).

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

Funk, A. & Linzer, I. (2020, 16 março). How the coronavirus could trigger a backslide on trigger around the world. *The Washington Post*. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/03/16/how-coronavirus-could-trigger-backslide-freedom-around-](https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/03/16/how-coronavirus-could-trigger-backslide-freedom-around-world/?fbclid=IwAR1afYzy_bV_4IH26KDqEn8qcGr4EZYFuCmCo2CjxHphOnsUA8IG84A2RA)

[world/?fbclid=IwAR1afYzy_bV_4IH26KDqEn8qcGr4EZYFuCmCo2CjxHphOnsUA8IG84A2RA](https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/03/16/how-coronavirus-could-trigger-backslide-freedom-around-world/?fbclid=IwAR1afYzy_bV_4IH26KDqEn8qcGr4EZYFuCmCo2CjxHphOnsUA8IG84A2RA).

(Último acesso em 24 de março de 2020).

Harari, N. Y. (2020, 20 março). The world after coronavirus. *Financial Times*. Disponível em: <https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75>. (Último acesso em 30 de março de 2020).

Hecker, C. (2020). *Economic anxiety meets political fragility*. Control Risks. Disponível em <https://www.controlrisks.com/riskmap/top-5-risks/economic-anxiety-meets-political-fragility> (Último acesso em 14 de março de 2020).

Holden, J. (2020). U.S.-China Relations and COVID-19: What Can Be Done Now. Center for Strategic and International Studies. Disponível em <https://www.csis.org/analysis/us-china-relations-and-covid-19-what-can-be-done-now> (Último acesso em 24 de março de 2020).

International Crisis Group. (2020). *Covid-19 and Conflict: Seven Trends to Watch*. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/global/sb4-covid-19-and-conflict-seven-trends-watch> (Último acesso em 30 de março).

Matera, M. (2020). *New and Old Struggles for Argentina*. Center for Strategic and International Studies. Disponível em <https://www.csis.org/analysis/new-and-old-struggles-argentina> (Último acesso em 26 de março de 2020).

McKibbin, W. (2020). *What are the possible economic effects of COVID-19 on the world economy? Warwick McKibbin's scenarios*. Brookings Institution. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/up-front/2020/03/06/what-are-the-possible-economic-effects-of-covid-19-on-the-world-economy-warwick-mckibbins-scenarios/> (Último acesso em 15 de março de 2020).

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO COVID-19

IPDAL | Lisboa, 10 de abril de 2020

Miller, C. (2020). *COVID-19 Crisis: Political and Economic Aftershocks*. Foreign Policy Research Institute. Disponível em <https://www.fpri.org/article/2020/03/covid-19-crisis-political-and-economic-aftershocks/> (Último acesso em 27 de março de 2020)

Putten, F., & Middelaar, L. (2020). *China and the Geopolitics of the Coronavirus*. Clingendael spectator. Disponível em <https://spectator.clingendael.org/en/publication/china-and-geopolitics-coronavirus> (Último acesso em 26 de março de 2020).

Rocco, P. (2020). *We must ensure free and fair elections do not become another casualty of Covid-19*. USAPP - American Politics and Policy. Disponível em <https://blogs.lse.ac.uk/usappblog/2020/03/20/we-must-ensure-free-and-fair-elections-do-not-become-another-casualty-of-covid-19/> (Último acesso em 22 de março de 2020).

Salema, I. (2020, 27 março). Os ecos da gripe de 1918 não param de crescer. *Público*. Disponível em: https://www.publico.pt/2020/03/27/ciencia/noticia/ecos-gripe-1918-nao-param-crescer-1909842?fbclid=IwAR2fDhd6E7QBU080Hltax710kQy6kCakTsrIbX9r9az7FNc_ZVqZQwSfkPs (Último acesso em 27 de março de 2020).

Scott, J. (2020). *The economic, geopolitical and health consequences of COVID-19*. World Economic Forum. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2020/03/the-economic-geopolitical-and-health-consequences-of-covid-19/> (Último acesso em 26 de março de 2020).

Teixeira, N. (2020). *O vírus, o autoritarismo e a democracia*. Público. Disponível em https://www.publico.pt/2020/04/08/mundo/opiniao/virus-autoritarismo-democracia-1911388?fbclid=IwAR202obqJzuAjMxuzh7G_3JGTj3SignTYdipKE2QKALPsxmaelKB62pK47I (Último acesso em 8 de abril de 2020).

Wright, T., & Campbell, K. (2020). *The coronavirus is exposing the limits of populism*. Brookings Institution. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2020/03/05/the-coronavirus-is-exposing-the-limits-of-populism/> (Último acesso em 14 de março de 2020).

Yayboke, E. (2020). *Five Ways COVID-19 Is Changing Global Migration*. Center for Strategic and International Studies. Disponível em <https://www.csis.org/analysis/five-ways-covid-19-changing-global-migration> (Último acesso em 26 de março de 2020)

Equipa

Redação

Joana Cortes

Lara Cardoso

Coordenação

Filipe Domingues

Presidente da Direção

Paulo Neves

Contactos

Av. Sidónio Pais 26

Rc/Esq. | 1050-215, Lisboa, Portugal

Telefone: +351 211 947 207

E-mail: geral@ipdal.org

Website: www.ipdal.org